*Artigo

APOSTA CERTA

Aos poucos, a situação foi mudando. De início, menores eram cooptados para a prática de delitos, como apoio à ação dos criminosos. Por exemplo, invadiam residências passando por estreitos vãos de janelas ou agiam para desviar a atenção das vítimas, tranquilizadas por sua aparente inocência. Mais recentemente, já como integrantes de bandos ou quadrilhas, assumiam a responsabilidade por atos gravíssimos, livrando os comparsas adultos dos rigores da lei. Hoje, os "de menor" se unem em bandos próprios e multiplicam-se os casos de adolescentes, até mesmo aos 13 anos, comandam quadrilhas violentas e protagonizam latrocínios e outros tipos de homicídios.

Com a transmissão, por grandes redes de TV e pela internet, de cenas que retratam a frieza com que menores praticam crimes atrozes, cresce a percepção da sociedade para o potencial de violência dessa faixa etária. Diante disso, ganha corpo o coro dos que reivindicam a redução de maioridade penal, como forma de eliminar o que consideram um tipo de impunidade para crimes praticados por jovens de até 18 anos que, por força do artigo 228 da Constituição Federal, são penalmente inimputáveis, sujeitos às normas da legislação especial. São submetidos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a pena máxima de 3 anos de internamento em instituições específicas para medidas socioeducativas.

No quesito segurança pública, a redução da maioridade penal é uma das questões que vêm adquirindo vulto, gerando um embate entre os que querem manter o status quo e aqueles que defendem punições equivalentes às dos adultos. Mas uma visão mais serena indica que a solução mais equilibrada e eficaz seria combinar as duas propostas. Ou seja, o recolhimento dos menores de 18 anos seria expandido para prazos acima de três anos, de acordo com a gravidade do delito. O primeiro efeito dessa iniciativa seria eliminar um dos mais revoltantes aspectos da atual legislação, pelo menos para familiares e amigos das vítimas, pois, pelo fato de estar próximo de completar 18 anos, o agressor escapa da punição, submetido apenas a dois ou três meses de recolhimento.

Entretanto, nem a raiva nem a revolta são boas conselheiras na elaboração das leis. Mas também cair no extremo oposto – tratando com excessiva leniência e aceitação passiva os crimes violentos de menores infratores ou, por força da lei, concordar que infrações leves e gravíssimas sejam julgadas com a mesma balança – é outra forma de injustiça clamorosa. Problema universal, a criminalidade de adolescentes é apenada de maneira diferente, conforme a geografia. Vários países aceitam a responsabilização criminal para crimes graves a partir dos 16 anos e, às vezes, de idades menores, como 10 (Estados Unidos), 12 ou 14 anos (China) – limites sempre questionados. Outros escalonar as faixas etárias até 21 anos para efeito da pena e, finalmente, alguns consideram inimputáveis menores de 16 ou 18 anos.

Nem por essas ou qualquer outra razão, entretanto, o caminho para conter a violência juvenil deve passar ao largo de um olhar para as condições que podem contribuir para a correta análise desse grave problema. Pesquisas indicam que aumenta o contingente de jovens "nem-nem-nem", que são aqueles que não estudam, não trabalham e nem procuram emprego. Vivendo em situação de vulnerabilidade, especialmente nas periferias das grandes cidades, boa parte deles, ao contrário da opinião dominante, reage positivamente quando lhes são oferecidas oportunidades de acesso à educação e ao trabalho, como comprovam os resultados dos programas de estágio e aprendizagem administrados pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Números da ordem de 13 milhões de jovens encaminhados ao mercado de trabalho, com taxa de efetivação acima de 60% -- sempre com concessão de bolsas-auxílio e outros benefícios –, sinalizam o rumo a tomar para a efetiva recuperação de menores infratores, hoje recolhidos em centros especializados, vários dos quais funcionam como verdadeiras escolas do crime, segundo autoridades no tema.

A atuação do CIEE vai mais longe, pois compreende a manutenção de uma rede assistencial de serviços gratuitos, voltados não apenas para a qualificação profissional, mas também à formação cidadã e desenvolvimento pessoal dos estagiários, aprendizes, estudantes em geral e seus familiares. São serviços sociais de qualidade, que abrangem cursos gratuitos (presenciais e à distância) pré-vestibular, de informática, de desenvolvimento profissional e estudantil, ações de prevenção ao uso de drogas e estímulo ao voluntariado, apoio de uma equipe de assistência social, entre outros. Por toda a experiência que registra em seus 50 anos de atividades, o CIEE está cada vez mais convicto de que a melhor aposta para o futuro das novas gerações é exatamente a valorização da educação e do trabalho.

Ruy Martins Altenfelder Silva é presidente do Conselho Diretor do CIEE Nacional e da Academia Paulista de Letras Jurídicas.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
dis@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Renan Bezerra do Nascimento
Reinaldo Menarim Neto
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Associação das Empregadas Domésticas inauguram novo espaço



Inaugurou hoje pela manhã, junto ao Sindicato do Comércio de Tangará da Serra, as novas instalações da Associação das Empregadas Domésticas do município. Maria Edna do Carmo, presidente da Associação, convida a patroas e empregadas para conhecerem "o novo espaço que vai contar com duas salas, uma que servirá de escritório, para atendimento das domésticas e suas patroas, e outra sala onde serão instalados computadores, destinada à realização de cursos para as profissionais, como por exemplo curso de informática básico, entre outros", conta Edna. Segundo a presidente da associação, a mudança foi feita ainda na semana passada, porém foi preciso alguns dias para a organização do espaço físico, instalação de telefones, acomodação dos móveis para então depois de tudo pronto abrir as portas para receber empregadas e patroas. Lembrando que o Sindicato do Comércio se localiza na Rua Osvaldo Pereira Araújo, 167-W, Vila Alta.

BARRA DO BUGRES

O município de Barra do Bugres recebeu na segunda-feira (31) um caminhão coletor de lixo. A chave do veículo foi entregue pelo prefeito Júlio Florindo ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rogério Gatto. O novo caminhão já está em atividade e começou a ser usado na manhã desta terça-feira (1º) .

Coral Municipal

O Governo de Diamantino abre as inscrições para a nova turma de cantores do Coral Municipal 'Construindo o Futuro'. O grupo, que trabalhará com crianças e jovens de 07 a 18 anos, terá ensaios gratuitos e será regido pela maestrina Raquel Lachmann. As inscrições deverão ser realizadas no próximo dia, às 14h, no Centro Cultural.

Cultura

A secretária de Estado de Cultura, Janete Gomes Riva, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no decreto de número 1.327, de 13 de maio de 2008, resolve regulamentar a implantação do Museu de Arte de Mato Grosso, que terá sua sede na Rua Barão de Melgaço, 3.565, bairro Centro, na Antiga Residência dos Governadores, em Cuiabá.

Novas regras

Depois de 25 anos, o Governo de Mato Grosso, por meio da Sefaz-MT (Secretaria de Fazenda do Estado), publicou o novo Regulamento do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (RICMS). O Decreto nº 2.212/2014 entra em vigor a partir de 1° de agosto. O novo RICMS está disponível no portal da Sefaz (www.sefaz.mt.gov.br).

*Bastidores da Política

Disputa pelo poder

A sessão da Câmara Municipal realizada na tarde de ontem mostrou claramente a disputa de poder entre vereadores e prefeito. Aqueles que lá estavam ou assistiram a sessão, puderam perceber que de um lado estão os vereadores querendo provar que conseguem amarrar a administração pública, enquanto reclamam da falta de diálogo do Executivo.

Adiantaram

E por falar em decisões, ontem, antes mesmo de votar definitivamente pelo adiamento de tão importante projeto, os vereadores usaram a tribuna para se adiantar e desde já darem suas desculpas de que não são contra as obras de reforma e ampliação da UMS e Centro Cirúrgico, mas sim contra a forma de apresentação do projeto.

Santo

Os vereadores afirmaram que da forma como está sendo apresentado, o projeto "cobriria um santo e descobriria o outro". Já o vereador Rogério Silva, durante discussão do pedido de vistas, afirmou que o adiamento da votação prolongaria ainda mais o problema da saúde. "Se a gente não fizer isso [votar], logo logo vão ficar os dois santos descobertos".

Adiamento

Quanto a explicação de Constantino para o pedido de vistas, dá até para entender sua preocupação quanto a indenização daquelas famílias do Parque Figueira, mas hoje, diante da necessidade urgente em que vive a saúde pública, acreditamos que a necessidade é resolver primeiro esse problema maior que afeta praticamente os 100 mil habitantes de Tangará.

Frustado

O manifesto marcado para acontecer na tarde de ontem, em frente a Câmara Municipal, foi literalmente por água abaixo. Esperando algo em torno de mil pessoas no local, o manifesto reuniu pouco mais de 15 pessoas (contados 17 manifestantes no final da tarde, por volta das 18h), frustando até mesmo os organizados do manifesto.

Chuva

Ou foi a chuva a culpada que espantou os manifestantes ou a população não está assim tão indignada, como afirmam os organizadores. Vale ressaltar que nem mesmo as pessoas que estavam convocando a população para esse movimento participaram do protesto. Será que existe o caos em Tangará ou é mera invenção desse 'grupo organizado';

Maggi candidato?

A reunião de duas horas e meia entre os líderes dos principais partidos que formam a base aliada do Governo Silval Barbosa (PMDB), na noite de segunda-feira, 31, em Cuiabá, teve um único objetivo: tentar demover o senador Blairo Maggi da ideia de não disputar o Governo do Estado em outubro deste ano.

Pedido

A revelação foi feita pelo próprio Blairo Maggi, ao final da reunião, realizada na sede do grupo Amaggi e que contou com a presença do governador Silval Barbosa, deputados federais Carlos Bezerra (PMDB), Wellington Fagundes (PR), e Valtenir Pereira (Pros), e deputados estaduais Alexandre César (PT) e José Riva (PSD).

"...lideranças apelaram para que eu repense..."

Ilustração: Renan Guzetto



"Todas essas lideranças apelaram para que eu repense a questão de uma candidatura ao Governo do Estado. Expliquei que, desde 2010, há quatro anos, portanto, estou sinalizando que não tenho nenhum interesse em entrar na disputa em 2014 (...) mas não está no meu tempo aceitar uma nova disputa pelo Governo", disse Maggi. O senador republicano deixou claro, porém, que foi comunicado que a coligação vai continuar trabalhando os nomes pré-colocados até o momento (Chico Daltro, Lúdio Cabral e Julier Sebastião). "Embora eu já esteja decidido sobre o que eu quero, não posso ignorar a posição do meu partido", completou o senador.